



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

ISABELA LETÍCIA SÁ DE ARAÚJO

**TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA COMO INSTRUMENTO DE
RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL PARAENSE:**
Uma experiência extensionista no acervo de processos criminais do
Centro de Memória da Amazônia.

BELÉM-PA
2026

ISABELA LETÍCIA SÁ DE ARAÚJO

**TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA COMO INSTRUMENTO DE
RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL PARAENSE:**

Uma experiência extensionista no acervo de processos criminais do
Centro de Memória da Amazônia

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção de grau de Bacharel em
Arquivologia, pela Universidade Federal
do Pará

Orientador(a): Iane Maria da Silva Batista

BELÉM-PA
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

- A658t Araújo, Isabela Letícia Sá de.
 Transcrição paleográfica como instrumento de
 recuperação da memória social paraense : uma experiência
 extensionista no acervo de processos criminais do Centro de
 Memória da Amazônia. / Isabela Letícia Sá de Araújo. —
 2026.
 22 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof^a. Dra. Iane Maria da Silva Batista
 Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal
 do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade
 de Administração, Belém, 2026.
1. Paleografia. 2. Processos criminais. 3. Centro de
 Memória da Amazônia. 4. Memória social paraense. I.
 Título.

ISABELA LETÍCIA SÁ DE ARAÚJO

**TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA COMO INSTRUMENTO DE
RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL PARAENSE:**

Uma experiência extensionista no acervo de processos criminais do
Centro de Memória da Amazônia.

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção de grau de Bacharel em
Arquivologia, pela Universidade Federal
do Pará.

Orientadora: Dr^a Iane Maria da Silva
Batista.

Data de Aprovação: 07/07/2026

Conceito: Excelente

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Dr^a Iane Maria da Silva Batista - Universidade Federal do Pará

Examinador(a) Interno

Dr. Gilberto Gomes Cândido - Universidade Federal do Pará

Examinador(a) Interno

Dr. Antônio Gouveia Sousa - Universidade Federal do Pará

*O Senhor é o meu pastor, e nada me
faltará.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela força, saúde e discernimento concedidos ao longo de toda esta jornada acadêmica, pela oportunidade de cursar uma universidade federal. Foram anos tentando, já estava quase desistindo desse sonho, mas Deus tem seus planos, permitindo-me superar os desafios com resiliência.

Dedico essa conquista à minha família, minha mãe Zui, ao meu pai Wilton, à minha irmã Amanda e a minha avó Doralina, que nessa jornada estiveram juntos comigo, pelo amor incondicional, paciência e por acreditarem nos meus sonhos, mesmo nos momentos de maior cansaço. Obrigada por todo apoio e incentivo a ultrapassar as dificuldades no decorrer do curso, muito obrigada!

A minha orientadora, a Prof.^a Dra. Iane Maria da Silva Batista, pela paciência, dedicação e pelas contribuições fundamentais que guiaram o desenvolvimento desta pesquisa e enriqueceram a minha formação.

Agradeço aos meus companheiros co-autores, Prof.^a Dra. Iane Maria, Laila Barbosa e Alan Vitor por terem autorizado a utilização do artigo como TCC, pelo companheirismo diário, incentivo constante, por compartilharem experiências e conhecimentos, os quais foram de grande auxílio na produção do artigo e agora estão sendo expandidos para o TCC, sob orientação da Prof.^a Dra. Iane Maria.

Ao Centro de Memória da Amazônia (CMA), pelo apoio, incentivo e compartilhamento das experiências e conhecimentos concedidos para a realização deste trabalho de conclusão de curso (TCC).

Aos meus amigos e colegas da universidade, pelas discussões acadêmicas, pelas palavras de incentivo e por tornarem a rotina universitária mais leve.

Por fim, minha gratidão a todos os docentes, que contribuíram para esse momento, para a conclusão desta etapa e a conquista dela.

“Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não alicercem. Sem prioridades, os sonhos não se tornam realidade”. (Augusto Cury; Nunca Desista de Seus Sonhos, 2004).

RESUMO

Esta pesquisa é um desdobramento de um projeto de extensão realizado no acervo de processos criminais de homicídios do Centro de Memória da Amazônia. A partir das evidências produzidas pela atividade extensionista por meio da transcrição paleográfica, a pesquisa buscou demonstrar o potencial da documentação como fonte informacional para a memória social paraense. A pesquisa adotou uma metodologia exploratória, de natureza quali-quantitativa, estruturada a partir de uma revisão bibliográfica de artigos científicos relacionados à Paleografia, normas de transcrição e ao histórico do Centro de Memória da Amazônia, utilizando base de dados como *Scientific Electronic Library Online*, *Google Scholar* e Base de Dados em Ciência da Informação. Os resultados indicam que as informações contidas nos processos são de relevância histórica, transcendendo a natureza estritamente jurídica dos processos, posto que refletem questões sociais, políticas e econômicas dos períodos analisados. Conclui-se que a transcrição paleográfica é uma ferramenta essencial para a preservação da memória social paraense ao propiciar o acesso ao conteúdo dos processos criminais.

Palavras-chave: Paleografia. Processos criminais. Centro de Memória da Amazônia. Memória social paraense.

ABSTRACT

This research is an offshoot of an extension project carried out on the collection of criminal homicide cases at the Amazon Memory Center. Based on the evidence produced by extension activities through paleographic transcription, this study aims to demonstrate the potential of documentation as an informational source for the social memory of Pará. The research adopted an exploratory methodology, of a qualitative-quantitative nature study, structured from a literature review of scientific articles related to Paleography, transcription standards, and the history of the Memory Center of Amazonia, using databases such as Scientific Electronic Library Online, Google Scholar, and Information Science Databases. The results indicate that the information contained in the proceedings is of historical relevance, transcending the strictly legal nature of the processes, as they reflect the social, political, and economic aspects of the periods analyzed. It is concluded that paleographic transcription is an essential tool for preserving the social memory of Pará by providing access to the content of criminal proceedings.

Keywords: Paleography. criminal proceedings. Amazon Memory Center. social memory of Pará.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CMA	Conselho Nacional de Arquivos
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
SciELO	Scientific Electronic Library Online
TJPA	Tribunal de Justiça do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema de Pesquisa	12
1.2 Objetivo	12
1.3 Justificativa	12
2 PALEOGRAFIA: ASPECTOS CONCEITUAIS	13
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

Um volume significativo de processos criminais e cíveis produzidos pelo sistema judiciário paraense entre 1785 e 1970 encontra-se atualmente disponível no Centro de Memória da Amazônia (CMA), instituição fundada por meio do convênio 005/2007, celebrado entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), precisamente para salvaguardar aquela massa documental (UFPA, 2020). Essa documentação processual, considerada “inativa” pela entidade produtora, constitui uma importante fonte histórica sobre aspectos socioeconômicos e culturais da região amazônica.

A pesquisa foi desenvolvida no contexto do projeto de extensão “Grafias Amazônicas: edição paleográfica de documentos do acervo de processos criminais do Centro de Memória da Amazônia (1871-1906)”, vinculado à Faculdade de Arquivologia da UFPA, no período de 1.º de abril de 2025 a 31 de março de 2026, junto ao volume de processos dos Primeiro e Segundo Distritos Criminais.

O trabalho teve como objetivo geral demonstrar o potencial da transcrição paleográfica dos processos criminais sob custódia do CMA como instrumento de recuperação da memória social jurídica paraense, analisados, contribuindo, ainda, para a preservação da memória jurídica paraense. Para isso, os objetivos específicos incluíram ler e transcrever os documentos e descrever o tratamento documental realizado nos processos criminais, abrangendo a organização, ordenamento e higienização.

A pesquisa se justifica pela relevância da recuperação informacional dos processos criminais dos séculos XIX e XX, com a finalidade de salvaguardar documentos que se encontravam em estado de degradação devido à falta de tratamento. Esses registros contêm conteúdos informacionais sobre aspectos históricos da sociedade amazônica. Além disso, a pesquisa facilita o acesso à informação, considerando que algumas escritas são de difícil compreensão e os suportes estão em progressiva deterioração.

O texto está organizado da seguinte maneira: após esta introdução, apresenta-se o referencial teórico que embasou a pesquisa; na sequência, expõem-se os procedimentos metodológicos norteadores; posteriormente, apresentam-se os resultados alcançados e, por fim, sistematizam-se as considerações finais.

2 PALEOGRAFIA: ASPECTOS CONCEITUAIS

A Paleografia é definida como a ciência dedicada aos estudos da escrita em seus diversos marcos temporais, concentrando-se, especialmente, na escrita antiga. A finalidade dos métodos paleográficos reside na análise das escritas, na leitura e na transcrição de documentos (Lehmkuhl; Souza, 2014).

Historicamente, a Paleografia originou-se em meados do século XVII, na Europa, após a Guerra dos Trinta Anos (1618 a 1648). O conflito fomentou um cenário de falsificação de documentos de posse de terras e heranças na Alemanha, França, Inglaterra e Itália (Souza; Krüger, 2017).

Naquele contexto, iniciaram-se estudos dedicados à verificação da autenticidade de documentos. No ano de 1861, o monge francês Jean Mabillon apresentou a obra “*De re diplomática libri sex*”, aprovada e utilizada para amenizar o cenário de falsificações. A publicação de Mabillon deu origem à Paleografia e à Diplomática (Souza; Krüger, 2017).

Em sua gênese, a Paleografia e a Diplomática estavam simultaneamente ligadas. Posteriormente, distinguiram-se por seus objetos de estudo. Enquanto a Paleografia volta-se à leitura e transcrição de manuscritos, a Diplomática avalia os caracteres intrínsecos e extrínsecos de um determinado documento, no intuito de avaliar e certificar se se trata de documento verídico ou não (Berwanger; Leal, 2008).

De acordo com Mello e Krüger (2017, p. 258), a Paleografia “[...] induz o leitor a um olhar investigativo, em decifrar as nuances da escrita para que o conteúdo se revele entendível e perceber a peculiaridade do documento em relação ao seu autor, tema e época em que foi produzido”. A Paleografia, portanto, não demanda apenas a leitura e transcrição do documento, mas requer, também, a interpretação do documento e a compreensão do contexto de sua produção.

Assim, ao considerar que, em sua atividade profissional, o arquivista lida com acervos de documentos históricos, muitas vezes centenários, os métodos paleográficos são fundamentais para sua leitura e posterior descrição desses documentos. Isso porque asseguram ao público leigo, desse modo, o acesso ao teor informacional de uma documentação produzida em contextos históricos pretéritos, em suportes deteriorados, com grafias à primeira vista ilegíveis a olhares não treinados, como no caso do acervo de processos criminais de homicídios do CMA.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão caracterizou-se como uma investigação exploratória de natureza quali-quantitativa, realizada no contexto de um projeto extensionista em Arquivologia, realizado ao longo de um ano no CMA. A abordagem exploratória, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 188), caracteriza-se como “[...] uma pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno e modificar e clarificar conceitos”.

A pesquisa foi norteada, inicialmente, por uma revisão bibliográfica de artigos científicos relacionados à Paleografia, às normas de transcrição e ao histórico do CMA, utilizando bases de dados como *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, *Google Scholar* e Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Como suporte teórico complementar, utilizou-se o Guia Prático de Leitura de Documentos Judiciais, elaborado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Essa obra facilitou a compreensão dos processos, pois contém orientações sobre a leitura e interpretação textual de documentos judiciais, tratando-se de uma ferramenta que possibilita a compreensão crítica de documentos jurídicos, contendo, ainda, um glossário de termos utilizados entre o século XVIII e a década de 1930 (Weimer, 2021).

Numa etapa posterior, localizaram-se os processos nas estantes sinalizadas como “D1 e D2”, seguindo-se da higienização dos documentos, da realização da leitura do conteúdo e, posteriormente, da sua transcrição, utilizando-se as Normas de Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos definidas pelo Arquivo Nacional. Estas normas foram firmadas no Segundo Encontro Nacional de Normalização Paleográfica, realizado em setembro de 1993, que determinou diretrizes quanto à grafia, convenções e assinaturas (Arquivo Nacional, 1993).

Após a transcrição, no processo de sistematização do teor informacional dos documentos, adotaram-se os “Parâmetros de Catalogação dos Processos Crime-CMA”, utilizados pela instituição custodiadora. Esses parâmetros compreendem as seguintes informações: Procedência (Distrito Criminal) e número da caixa; Identificação (título do processo); Descrição (data; procedência e descrição do processo); Conteúdo/anexos (totalização de páginas e de documentos anexos); Espaços/regiões (informações de localização, sendo uma escala do maior ao

menor-Brasil, Estado, Cidade e etc.); campo de Assuntos e Metadados (dados referentes aos processos); Termos Insultuosos/sensíveis (termos configurados como sensíveis); Observações e, por fim, o estado de conservação do documento.

As transcrições foram realizadas de forma manual por parte dos extensionistas, utilizando lápis e folhas de papel pautado para destacar todas as informações necessárias. Após esse procedimento, as transcrições foram classificadas com etiquetas contendo informações como: número do processo, caixa e distrito de origem. As caixas foram devolvidas ao acervo, respeitando a ordem em que estavam anteriormente nas estantes. As informações coletadas foram digitadas e inseridas em uma planilha de *Excel* que subsidiará um instrumento de pesquisa a ser disponibilizado posteriormente no *site* do CMA.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Os resultados obtidos revelaram que as informações registradas nos documentos de processos criminais são de relevância histórica, ilustrando as questões sociais, políticas, econômicas e culturais do contexto em que aqueles documentos foram produzidos.

No período de execução do projeto, foram manuseadas dez caixas contendo processos catalogados. As caixas estão identificadas com etiquetas contendo as seguintes informações: dados da unidade de arquivamento com código de barra; notação; números de processos; acervo; fundo; série; subsérie; procedência; tipologia; localização e anos contidos. A tabela 1 apresenta o quantitativo dos processos analisados.

Tabela 1 – Processos avaliados

Número da caixa	Quantidade de processos	Processos indisponíveis	Cópias dos processos	Ano
1	5	3	0	1885/1887
2	11	0	10	1887
3	7	0	0	1887/1889/1892
4	7	0	0	1892/1894
5	10	0	0	1895/1896
6	8	0	0	1897
7	9	0	0	1897/1899
8	14	0	0	1899/1901
9	11	0	0	1901/1906
10	10	0	0	1968
Total	92	3	10	

Fonte: Autora (2026).

Na primeira caixa, foram tratados cinco processos, datados entre 1885 e 1887. Destes, três processos foram considerados indisponíveis para consulta e manuseio, devido ao estado precário de preservação, caracterizado por fragilidade provocada por excesso de umidade, temperatura inadequada, mofo, fungos, folhas secas quebradiças e manchadas. Mas, mesmo nessas condições, com o suporte metodológico da Paleografia, foi possível extrair as informações necessárias para efetuar a descrição dos processos.

Na segunda caixa, foram contabilizados 11 processos. No entanto, apenas um processo foi classificado como “original”, pois os demais são cópias deste. Devido a isso, foi efetuada somente uma descrição do processo mencionado, datado do ano de 1887. Na terceira caixa, foram contabilizados sete processos referentes aos anos de 1887/1889-1892. Na quarta caixa, foram contabilizados sete processos pertencentes aos anos de 1892 e 1894.

A quinta caixa contava com dez processos entre os anos de 1895 e 1896. Na sexta caixa, foram contabilizados oito processos datados de 1897. Na sétima caixa, havia nove processos compreendidos entre 1897 e 1899. Na oitava caixa foram contabilizados quatorze processos, abrangendo o período de 1899 a 1901. Na caixa nove foram contabilizados 11 processos referentes aos anos de 1901 e 1906. Por fim, na caixa dez foram contabilizados dez processos datados do ano de 1968. No total, foram tratados noventa e dois processos, tendo-se efetuado oitenta e duas transcrições, não sendo transcritos os dez processos da segunda caixa por serem cópias, conforme já mencionado.

A realização das transcrições paleográficas destes documentos facilitará o acesso à informação e à memória social paraense e garantirá a preservação dos documentos originais, evitando o manuseio direto, que pode acarretar consequências adversas ao suporte documental, como a aceleração de sua deterioração. Alguns documentos encontram-se em estado crítico de degradação e não podem mais ser consultados; no entanto, as informações contidas neles poderão ser acessadas por meio das transcrições disponibilizadas.

Salienta-se que alguns documentos foram afetados por agentes químicos desencadeados por desinsetizações realizadas nas dependências do CMA, provocando efeitos deletérios aos consulentes. Mesmo utilizando equipamentos de proteção individual, os extensionistas tiveram reações como prurido e vermelhidão no corpo ao analisarem tais documentos. Com a transcrição paleográfica, isto não

afetará futuros interessados/pesquisadores, pois o acesso ocorrerá por meio das transcrições.

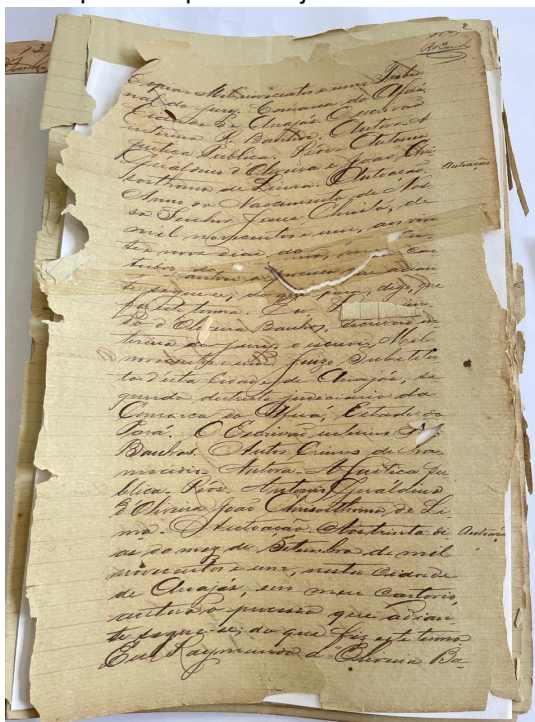
Outrossim, houve o cuidado ao manusear os processos, fazendo a higienização de cada um, retirando-se sujidades e vestígios de insetos com auxílio de um pincel de cerdas macias, inserindo-se folhas de papel sem pauta nos processos mais fragilizados no anverso e no verso de cada página. Os processos estavam com uma capa para identificação e proteção.

Durante a leitura dos documentos, observou-se a presença de diferentes estilos de escrita, cada um refletindo as particularidades de seus respectivos escreventes. Alguns apresentavam uma caligrafia mais legível, enquanto outros possuíam letras de difícil compreensão. Essa diversidade pode, por vezes, levar a erros na interpretação do texto devido aos estilos gráficos, o que requer bastante atenção no momento da transcrição.

Nesta seção, serão apresentadas imagens que evidenciam características físicas de conservação dos processos, além de elementos ortográficos que ajudam a compreender o contexto cultural amazônico no qual os documentos foram produzidos.

A figura 1 ilustra o processo de deterioração de suporte presente em um processo criminal datado do ano de 1897 e que passou por uma tentativa de restauro, conforme se verifica pela presença de uma fita adesiva. Porém, é possível observar que a oxidação causada pela tinta ferrogálica prejudicou a conservação do papel. Nesses casos, o documento necessitou de uma atenção especial para manuseio, com o auxílio de uma folha de papel A4, para evitar possíveis perdas de informação.

Figura 1 – Suporte de processo judicial bastante deteriorado

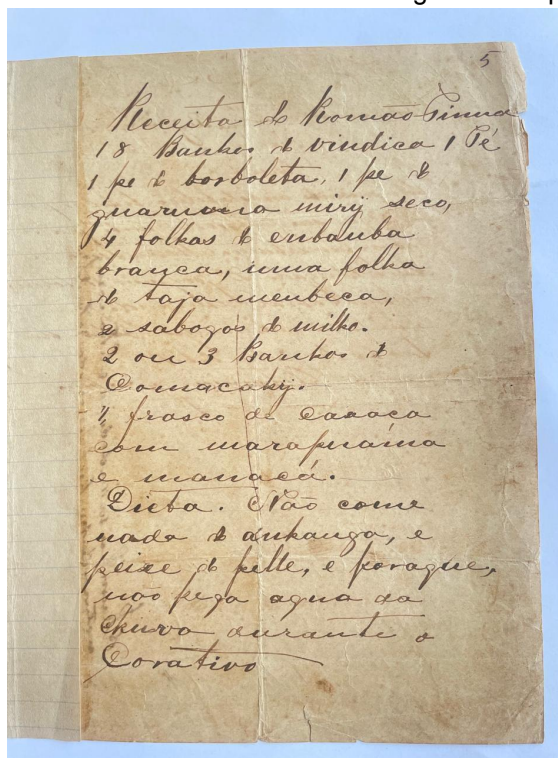


Fonte: Autora (2026).

A figura 2 alude a uma “receita” encontrada em um processo criminal de 1897. Segundo o relato da denunciante, a receita corresponde a um banho de ervas que foi prescrito por um “pajé”¹ ao seu filho, que se encontrava adoentado, vindo a falecer dias depois, como consequência daquele banho.

¹ Segundo Maués (1994), referência nos estudos antropológicos sobre pajelança cabocla na Amazônia, o pajé amazônico é dedicado à prática de cura baseadas em culto mediúnico, sendo reconhecido, nesse contexto, como “curador”. Essa prática, segundo o autor, resulta da crença popular, em perspectiva sincrética, em santos católicos e em seres encantados.

Figura 2 – Receita de banho de ervas e dieta integrando um processo criminal



Fonte: Autora (2026).

Nos processos criminais, além das sentenças do juiz, constam diversos elementos, como os depoimentos, permitindo reconstituir a história do crime cometido, numa análise superficial, sob as perspectivas das testemunhas. Por meio dos relatos dessas pessoas comuns diante de uma instância do poder, questiona-se o papel da Justiça na construção das narrativas, considerando que todos os registros escritos eram feitos por agentes do Estado. De acordo com Maggie (1992), nos processos jurídicos, especialmente os criminais, a Justiça não atuaria apenas como um filtro para as falas dos envolvidos, mas seria a própria fonte das informações apresentadas.

A partir das análises documentais, verificou-se que, ao registrar as medidas adotadas pelas autoridades judiciais para coibir práticas consideradas delituosas e enquadradas como crimes, as informações contidas nos documentos transcendem a natureza jurídica, pois relatam situações do cotidiano, conflitos entre vizinhos, estratégias de resistência e enfrentamento por parte de pessoas comuns diante de autoridades vistas como abusivas, etc. Posto isto, a análise dos processos criminais possibilita uma compreensão sobre a cidadania, normas, condutas e procedimentos judiciais ao longo dos séculos XIX e XX, transformando o documento processo criminal em uma fonte histórica relevante para a memória da sociedade paraense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme constatado na pesquisa, encontra-se em curso um processo de deterioração do suporte documental analisado, agravado não somente pelas condições de acondicionamento da documentação ao longo do tempo, mas, sobretudo, pelas características climáticas da região amazônica, marcada pela umidade. Os processos criminais estão em estado sensível, contendo muitas páginas amareladas, com presença de fungos, umidade, ácaros, folhas secas e quebradiças.

A princípio, para não acelerar esse quadro, a solução imediatista seria a restrição do acesso, inviabilizando, assim, a consulta a essas relevantes fontes históricas. Por sua vez, mesmo diante da manutenção do acesso nas condições atuais, os diferentes níveis de legibilidade da escrita, implicando diversos registros ilegíveis ao olhar não treinado, além do esmaecimento da tinta presente em alguns processos, representam fatores limitadores da recuperação da informação.

Nesse contexto, a transcrição paleográfica de processos criminais do CMA se revelou uma estratégia eficaz para a recuperação do teor informacional de documentos em avançado estado de degradação, contribuindo, desse modo, para a preservação da memória social paraense. As informações recuperadas estão sendo integradas a um catálogo, em processo de produção, que será disponibilizado no *site* eletrônico do CMA, democratizando e ampliando o acesso a essas fontes documentais. Cumpre-se, assim, o princípio fundamental da extensão universitária: a conexão dos conhecimentos acadêmicos com as demandas da sociedade.

Conclui-se, pois, que, ao facilitar o acesso ao conteúdo dos processos criminais manuseados, a transcrição paleográfica é uma ferramenta fundamental para a recuperação, preservação e democratização do patrimônio documental paraense. Ao transcender a natureza jurídica, esses documentos consolidam-se como fontes históricas relevantes, apresentando elementos de recuperação da memória social regional, alguns dos quais ainda estão presentes nas práticas cotidianas de parcelas da população amazônica, a exemplo do banho de ervas para curar as doenças do corpo e da alma, receitado pelo pajé mencionado no contexto de um processo criminal no longínquo ano de 1897.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas para a transcrição e edição de documentos manuscritos**. (1993). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf> Acesso em: 12 mar. 2026.

BERWANGER, A. R; LEAL, E. F. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

BRASIL. **Sobre a Cop30**. Belém, 2025. Disponível em: <https://cop30.br/pt-br/sobre-a-cop30> Acesso em: 12 mar. 2026.

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. **Norma Regulamentadora 9 (NR-9)**: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Portaria nº 3. 214, 8 de junho de 1978. Disponível em: <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/2760> . Acesso em: 13 mar. 2026.

CMA. CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Belém, 2020. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/> . Acesso em: 12 mar. 2026.

COELHO, G. M. Belém e Belle Époque da Borracha. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 5, p. 32-56, set./dez. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/2891/9353> . Acesso em: 17 mar. 2026.

LEHMKUHL, C. S.; SOUZA, L. M. K. Processamento técnico e transcrição paleográfica de documentos permanentes do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 24, n. 48, 2014. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/13867> . Acesso em: 11 mar. 2026.

MAGGIE, Y. **Medo do Feitiço**: relações entre poder e magia no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=MAGGIE%2C+Yvonne.+Medo+do+Feiti%C3%A7o%3A+rela%C3%A7%C3%B5es+entre+poder+e+magia+no+Brasil.+Rio+de+Janeiro%3A+Arquivo+Nacional%2C+1992.&btnG= . Acesso em: 12 mar. 2026.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300164/mod_resource/content/1/MC2019%20Marconi%20Lakatos-met%20cient.pdf . Acesso em: 11 de mar. 2026.

MARTINS, E. E. Centro de Memória da Amazônia no processo de preservação da memória social paraense: a iniciativa que salvou parte da história do estado do Pará, sob o risco de deterioração. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3. n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufing.br/index.php/moci/article/view/17494> . Acesso em: 18 dez. 2025.

MAUÉS, R. H. Medicinas populares e “pajelança cabocla”, na Amazônia. *In*: ALVES, P. C; MINAYO, M. C. S. (Orgs). **Saúde e doença**: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, p. 73-81.

MELLO, D. M; KRUGER, A. C. Análise das características paleográficas de manuscritos do Vice-Rei para a Câmara Municipal da Ilha de Santa Catarina (1781-1789). **Ágora**: Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 27, n. 54, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/12690> . Acesso em: 11 mar. 2026.

OLIVEIRA, F. L; SILVIA, V. F. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 13, p. 244-259. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/yyLj574RG4Qz6zMXyCSGRCF/?lang=pt> . Acesso em: 13 mar. 2026.

SOUZA, C. M; KRÜGER, A.C. SOUZA, C. M.; KRUGER, A. C. Transcrição e Análise Paleográfica: manuscritos eclesiásticos do século XIX da Colônia Alemã de São Pedro de Alcântara. **Ágora**: Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 27, n. 54, 2017. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/13968> . Acesso em: 11 mar. 2026.

WEIMER, R. A. **Guia Prático de Leitura de Documentos Judiciais**. Porto Alegre, Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://apers.rs.gov.br/publicacoes> . Acesso em: 8 abr. 2026.